



Construção da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo (MG): governo quer que obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) usem produtos feitos no Brasil



José Luis

MP privilegia produto nacional nas obras do PAC

Primeira reunião da comissão de senadores e deputados que analisará texto da medida provisória está marcada para hoje. Em razão do período eleitoral, pode haver dificuldade para alcançar quórum

Com o objetivo de estimular a indústria nacional, o governo quer que produtos brasileiros tenham preferência nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que sejam executadas por prefeituras e estados e contem com verbas federais. Antes de ir aos plenários da Câmara e do Senado, a medida provisória (MP) será analisada por uma comissão de se-

nadores e deputados, cuja instalação está marcada para hoje. Entretanto, o período pré-eleitoral pode impedir que haja o quórum necessário. A dúvida é em relação à presença de deputados, que não estão em semana de esforço concentrada. Os senadores foram convocados para votar a MP do Código Florestal e a indicação de Teori Zavascki para o Supremo Tribunal Federal (STF). **7**

TV Senado exhibe reportagens sobre mudanças no Código Penal **6**

Comissão de Orçamento deve apreciar medidas provisórias **3**

Senadores apontam pressa para votar indicação de juiz

Cristovam Buarque e Alvaro Dias apontaram pressa para levar o jurista Teori Zavascki ao cargo de ministro do Supremo Tri-

bunal Federal. O nome do magistrado pode ser votado hoje em Plenário, após sabatina na Comissão de Constituição e Justiça. **3**



Waldemar Barreto/Agência Senado



Waldemar Barreto/Agência Senado

Alvaro propõe adiamento da sabatina para depois das eleições

Cristovam tem proposta de novo rito para escolha de ministros do STF

MP do Código Florestal deve ser votada hoje **2**



Luiz Novares/Folhapress

Acidente com césio 137 em Goiânia, em 1987: pessoas que trabalharam no local ainda não têm direito a atenção médica

Vítimas de radiação pedem assistência

O acidente com césio 137 ocorrido há 25 anos em Goiânia ainda hoje se faz presente na memória da cidade e do país. Muitas vítimas reivindicam assis-

tência médica adequada, ressarcimento financeiro e pesquisa científica sobre as consequências da radiação. Remédios ficaram em falta por quase dois anos. **4 e 5**

Modificações feitas pela comissão parlamentar mista no relatório do senador Luiz Henrique geram incertezas sobre aceitação do texto pela presidente Dilma Rousseff

Código Florestal inicia as votações de hoje

A MEDIDA PROVISÓRIA do Código Florestal (MP 571/12) é o primeiro item da pauta do Plenário hoje. A sessão deliberativa foi convocada pelo presidente do Senado, José Sarney, num esforço para possibilitar a votação do tema até 8 de outubro.

A proposta (PLV 21/12) modificou o texto original da MP, conforme acordo firmado na comissão mista que fez análise prévia do texto, e foi aprovada sem mudança pela Câmara dos Deputados dia 19. Como houve apoio unânime dos senadores que integram a comissão mista na análise do relatório de Luiz Henrique (PMDB-SC), a previsão é de que o texto seja aprovado em Plenário sem dificuldade.

A dúvida, no entanto, é quanto à reação do Executivo às mudanças feitas na MP. A presidente da República,

Dilma Rousseff, negou participação do governo no acordo, não assumindo, portanto, compromisso em acatar o que for aprovado no Congresso.

Caso a presidente decida pela sanção do texto, estaria concluído o processo de construção do novo Código Florestal (Lei 12.651/12). Já em caso de vetos, as lacunas poderão ser cobertas por lei em vigor ou exigir regulamentação por decreto, por projeto de lei enviado pelo Executivo em regime de urgência ou mesmo pela edição de uma nova medida provisória.

Regra da escadinha

A principal discordância do governo é sobre a mudança feita na chamada regra da escadinha, que beneficia pequenas propriedades com menor exigência de recomposição de áreas de preservação



Luiz Henrique acredita que não haverá dificuldades para aprovação em Plenário

permanente (APPs). No texto original, estavam previstos benefícios escalonados para propriedades de até 10 módulos fiscais, mas, no acordo firmado na comissão mista, esses benefícios foram ampliados para áreas de até 15 módulos fiscais, que são as médias propriedades.

Além disso, durante a tramitação do projeto, foi reduzida de 20 metros para 15 metros a largura da faixa mínima de

mata exigida nas margens de rios, para médios produtores. Para os grandes produtores, a exigência mínima de recomposição de mata ciliar caiu de 30 metros para 20 metros.

Luiz Henrique acredita que não haverá maiores dificuldades no Senado para aprovar a "legislação ambiental mais avançada do mundo". O relatório foi amplamente debatido e acatado por unanimidade pela comissão

parlamentar mista no final do mês passado, com algumas alterações.

No PLV 21/12, foi mantida, para as propriedades maiores, a recomposição máxima de 100 metros de mata. No entanto, foi aprovada norma que delega aos programas de regularização ambiental, a serem implantados pelos governos estaduais, a definição sobre qual será a obrigação de recomposição de cada produtor, dentro do mínimo e máximo fixados.

Como era maioria na comissão mista, a bancada ruralista aprovou, além das mudanças nas regras da escadinha, outras emendas que alteraram a MP. Acredita-se que a intenção de Dilma seja restabelecer o relatório original de Luiz Henrique, aumentando as APPs em médias e grandes propriedades rurais.



Nova lei cria marco legal aplicável sempre que houver emergências como a enchente que atingiu Jacuipé (AL) em 2009

Lei libera crédito a município em calamidade

A presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que libera linhas de financiamento para setores produtivos de municípios em estado de calamidade pública nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Lei 12.716/12 foi publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

A norma introduz o marco legal que regulamenta os fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a partir de uma regra geral aplicável sempre que houver emergência.

O governo federal fica autorizado a instituir uma linha de crédito especial, por meio dos três fundos constitucionais, destinada a atender setores produtivos de municípios em emergência ou calamidade.

Os responsáveis pela solicitação poderão receber até R\$ 200 mil por pedido no prazo máximo de 30 dias.

A proposta altera o valor do auxílio emergencial financeiro do Programa de Resposta aos



Walter Pinheiro: nova lei permite resolver problemas cruciais

Desastres, de R\$ 300 para R\$ 400, com parcelas mínimas que passarão de R\$ 60 para R\$ 80.

— A medida institui linha de crédito, abre perspectivas e abre de forma bem ampla a possibilidade de resolução de problemas cruciais — disse Walter Pinheiro (PT-BA), que relatou o texto no Senado.

Vetos

Dilma vetou três pontos. Entre eles, o artigo 7º, que tratava tanto das condições para liquidação do saldo devedor quanto dos descontos

adicionais em caso de pagamento antecipado de parcelas.

“Aplica novo e excessivo desconto aos significativos benefícios já concedidos, o que representaria um impacto de R\$ 2,3 bilhões ao Tesouro”, justifica o governo.

O governo vetou o artigo 9º, que tratava de linhas de crédito especiais temporárias para produtores rurais que tiveram prejuízos por estiagem no Sul do país. Segundo a justificativa do veto, a abertura dessas linhas de crédito já foi realizada por resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Foi vetado ainda o artigo 13, que alterava a data limite dos prazos fixados para a liquidação ou renegociação de operações de crédito, concessão de descontos e suspensão de execuções fiscais de 17 de setembro de 2008 para 31 de dezembro de 2013.

A lei publicada ontem é oriunda da Medida Provisória (MP) 565/12, alterada pelo Congresso (PLV 20/12).

Sessão solene abre mês contra o câncer de mama

O Congresso Nacional realiza na próxima segunda-feira, 1º de outubro, sessão solene em homenagem ao Outubro Rosa. O movimento existe no mundo inteiro e seu nome remete ao laço rosa que simboliza a luta contra o câncer de mama.

Com programação extensa e iluminação de prédios e monumentos públicos em tons de rosa, a campanha visa estimular pessoas, empresas

e entidades na prevenção e combate à doença.

O movimento começou nos Estados Unidos, na década de 1990. Em 2008, o Brasil registrou suas primeiras adesões. Atualmente, a maior parte das capitais participa.

A iniciativa da sessão é da senadora Ana Amélia (PP-RS) e da deputada federal Janete Pietá (PT-SP). A sessão está marcada para as 18h, no Plenário do Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO: Sessão deliberativa**
14h Na pauta de votação está o PLV 21/12, proveniente da Medida Provisória do Código Florestal (MP 571/12).
- PRESIDÊNCIA: Reunião da Mesa**
14h30 Reunião da Mesa do Senado; às 16h, Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária na Casa.
- CMO: Créditos para ministérios**
10h, 12h e 18h Reunião da Comissão Mista de Orçamento para votar duas medidas provisórias que abrem crédito extraordinário no Orçamento para vários ministérios.

- CAE: Crédito para o Rio de Janeiro**
13h30 Análise de autorização para crédito externo entre o estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).
- CCJ: Teori Zavascki**
14h Sabatina do magistrado Teori Zavascki, indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.
- COMISSÃO MISTA/MP: PAC**
14h Instalação da comissão mista destinada a examinar a MP 580/12, sobre a transferência recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Divulgação Exército Brasileiro

Indicado pela presidente Dilma, general será sabatinado na CCJ

Comissão analisará nome do general Lúcio Góes ao STM

Foi lida em Plenário e encaminhada ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a Mensagem 84/12, de indicação do general de Exército Lúcio Mário de Barros Góes para ministro do Superior Tribunal Militar (STM). O general será submetido à sabatina da CCJ e sua indicação, para ser aprovada, deve passar também pelo Plenário do Senado.

Ele foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para a vaga a ser aberta com a inatividade compulsória do general de Exército Francisco José da Silva Fernandes, a partir de 3 de outubro.

O STM é composto por 15 ministros vitalícios, nomeados pelo presidente da República, depois de aprovação pelo Senado. Entre eles, cinco são civis e dez, militares, sendo três oficiais-generais da Marinha, quatro oficiais-generais do Exército e três oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira.

Alvaro e Cristovam apontam pressa na sabatina de indicado para o STF

Alvaro Dias e Cristovam Buarque criticaram ontem a rapidez na indicação de Teori Zavascki ao Supremo Tribunal Federal. O atual ministro do Superior Tribunal de Justiça será ouvido hoje na Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, seu nome poderá ser votado em Plenário. Zavascki foi indicado dia 10 pela presidente Dilma Rousseff.

Alvaro sugeriu o adiamento da sabatina para a semana posterior às eleições municipais, que ocorrerão em 7 de outubro. Cristovam disse que a pressa na indicação pode levantar suspeitas sobre o processo, mas ressaltou que Zavascki parece ser “um jurista da maior seriedade e competência”.

Alvaro propõe adiamento para após as eleições de outubro

Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu que a sabatina de Teori Zavascki, agendada para hoje, seja remarcada para a semana seguinte às eleições.

Para o senador, a rapidez tanto na indicação pela presidente Dilma Rousseff quanto no agendamento da sabatina desvaloriza a função que será exercida pelo magistrado no Supremo Tribunal Federal (STF) e diminui o papel do Senado.

— Podemos perfeitamente aguardar as eleições do dia 7

de outubro e agendar a sabatina para a semana seguinte, sem jogar para a plateia qualquer motivo para que suspeitem de uma providência adotada pelo Senado — disse.

Alvaro lembrou que o Regimento Interno do STF permite que o novo ministro, uma vez empossado, participe do julgamento do mensalão — desde que se considere a par do tema.

Embora Zavascki não tenha dado qualquer indicação sobre uma eventual participação, o senador teme que ele peça vistas para se inteirar do processo, o que atrasaria o julgamento.

— Não é crível que o ministro Zavascki se declare a par de um processo de mais de 50 mil volumes. Mas fica no ar uma indagação: ele pedirá vistas para se inteirar do processo? Por que criar um fato novo que possa dar margem a suspeição? Por que criar alternativas de atraso para o julgamento do mensalão?



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro: risco de novo ministro querer participar do julgamento do mensalão



Moreira Manz/Agência Senado

Zavascki será ouvido hoje pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado

Cristovam sugere novo rito para escolha de ministro do Supremo

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse estranhar que a indicação de Zavascki tenha sido incluída como um dos itens a serem apreciados pelo Senado no esforço concentrado desta semana. Ele aproveitou para anunciar a apresentação da proposta de emenda à Constituição (PEC 44/12) que propõe nova fórmula para escolha de ministros do STF.

Na opinião de Cristovam, a suspeição sobre um ministro do STF é trágica, em virtude da seriedade e relevância do

posto. Cristovam ponderou que todas as análises de especialistas e a própria história de Zavascki indicam que o jurista tem todas as qualidades para exercer o cargo no STF.

— O processo de sabatina precisa ser tranquilo e com tempo suficiente. O Senado precisa tomar cuidado. Não podemos apressar o processo de sabatina do novo ministro — opinou o senador.

Cristovam explicou que, pela PEC 44/12, o novo critério de escolha envolveria os três Poderes. O Conselho Superior do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça indicariam dois nomes cada. A Ordem dos Advogados do Brasil e o Plenário da Câmara, um nome cada. Essas seis indicações seriam submetidas ao presidente da República, que restringiria a escolha para três indicados. Esses três seriam sabatinados pela CCJ, que submeteria apenas um ao Plenário do Senado, que aprovaria ou não o nome.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Cristovam, escolhas para o STF devem envolver os três Poderes

Comissão de Orçamento tenta votar R\$ 7,2 bilhões extras

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tenta hoje votar novamente duas medidas provisórias que abrem créditos extraordinários: a MP 573/12, que libera R\$ 6,8 bilhões para a compra de equipamentos por parte do governo, e a MP 572/12, que destina R\$ 381 milhões para a compra de carros-pipa e outros equipamentos para o atendimento a comunidades atingidas por calamidades ou desastres, especialmente no Nordeste. Também estão na pauta da CMO 13 projetos de lei que tratam de créditos especiais e suplementares.

Após a tentativa frustrada da semana passada, o presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), marcou três

reuniões para hoje: às 10h, às 12h e às 18h. As últimas reuniões foram marcadas pela obstrução promovida pela oposição, sob o argumento de que o governo não cumpriu o acordo que prevê a liberação de emendas parlamentares

feito para permitir a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que ocorreu em julho.

Medidas

Editada em 28 de junho, a MP 573/12 faz parte do Pro-

grama PAC Equipamentos, que visa estimular a economia e, principalmente, a indústria nacional. A medida distribui R\$ 6,8 bilhões por nove ministérios: Cidades, Defesa, Desenvolvimento Agrário, Educação, Integração Nacio-

nal, Justiça, Planejamento, Saúde e Transportes.

Já os R\$ 381 milhões previstos pela MP 572/12, editada em 6 de junho, serão destinados ao Ministério da Defesa para a compra de veículos, reboques, carros-pipa, reservatórios para transporte de água, bombas d'água, geradores, máquinas e outros equipamentos. Em seu relatório sobre a matéria, Sérgio Souza (PMDB-PR) resalta que os recursos devem ser utilizados também para execução de obras emergenciais, capacitação técnica de pessoal para usar os equipamentos, contratação de mão de obra terceirizada e obtenção e manutenção de postos de abastecimento de combustíveis para atendimento à população.



Prefeitura de Duque de Caxias - RJ

A aquisição de máquinas para recuperação de estradas vicinais está entre os objetivos da MP 573/12

Vítimas do césio 137 pedem assistência médica para todos

Em falta há quase dois anos, remédios voltam a ser distribuídos a 60 pessoas contaminadas há 25 anos em Goiânia. Associação das vítimas quer atendimento médico para todos os mil cadastrados no Centro de Assistência aos Radioacidentados

Joseana Paganine

NO DIA 13 de setembro de 1987, uma cápsula contendo um pó que emitia luz azul brilhante foi aberta, de modo desavisado, por catadores de material reciclável em Goiânia. O brilho azulado encantou trabalhadores e familiares. Logo se espalhou também pela vizinhança. Em pouco tempo, as pessoas começaram a se sentir mal. Consultada a Vigilância Sanitária, foi constatado que a substância era o elemento químico césio 137, altamente radioativo.

O fato, que ficou conhecido como o acidente do césio 137, ainda hoje se faz presente na vida dos acidentados e na memória da cidade. Vinte e cinco anos depois, as vítimas reivindicam assistência médica adequada, ressarcimento financeiro e pesquisa científica sobre as consequências da radiação a longo prazo. É o que pede Odesson Alves Ferreira, presidente da Associação das Vítimas do Césio 137 (AVCésio).

Odesson teve um dedo da mão direita amputado e outro da mão esquerda atrofiado por causa do contato com a substância. Era caminhoneiro e motorista de ônibus. Foi obrigado a se aposentar aos 32 anos. É irmão de Devair Ferreira, dono do ferro-velho onde a cápsula foi aberta, e de Ivo Ferreira, também contaminado.

Ele reclama que o Centro de Assistência aos Radioacidentados (Cara), que pertence à Secretaria da Saúde do Estado de Goiás, não vem cumprindo a função. O centro possui cerca de mil cadastrados, mas só 164 pessoas são acompanhadas pela instituição. Dessas, 60 são vítimas diretas do césio e devem receber medicamentos, mas isso não acontece desde novembro



Acima, técnico examina grau de contaminação pelo césio em população que teve contato com o elemento químico, em 1987. Ao lado, Odesson Alves Ferreira mostra sequelas e pede mais respeito às vítimas

de 2010. O restante dos cadastrados não tem direito a assistência médica, apenas a ajuda financeira, no valor de um salário mínimo.

— O centro só existe porque existem os radioacidentados que precisam de assistência. Se ele não dá assistência, não precisa existir. Todos os envolvidos no acidente deveriam ter acompanhamento médico — reclama Odesson. O diretor-geral do centro, André Luiz de Souza, disse que, desde a semana passada, a distribuição de medicamento para os 60 acidentados está sendo normalizada. Mas, segundo ele, isso não é o suficiente. Souza concorda com a reivindicação de assistência médica para todos.

De acordo com o diretor, as 164 vítimas que recebem acompanhamento do centro pertencem aos grupos 1 e 2,

que estiveram em contato direto ou indireto com o césio. Os outros cadastrados pertencem ao grupo 3, composto por profissionais que auxiliaram no acidente, como policiais, bombeiros e pessoas que trabalharam na descontaminação da região e na remoção dos rejeitos.

A Lei 14.226/02, do estado de Goiás, reconheceu que os integrantes do grupo 3 também devem receber assistência integral. Mas o centro, sozinho, não tem condições de fornecê-la. Souza disse que o Ministério Público de Goiás já tomou conhecimento de que a lei não está sendo respeitada.

— O que é de competência do centro, nós estamos fazendo — garantiu.

Discriminação

Em compensação, Souza



afirma que o trabalho de descontaminação feito à época foi muito bom. Ele contou que, há cinco anos, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) fez um estudo sobre as doenças que estão acometendo os envolvidos com o césio 137 e chegou à conclusão de que elas são as mesmas que acometem o resto da população, na mesma proporção. Mas o diretor pondera que é obrigação do poder público acompanhá-

-los para ver se surge algum sintoma diferente.

De acordo com o diretor, hoje a discriminação é o grande problema e não as doenças:

— Os acidentados são discriminados pela sociedade e, às vezes, até pela própria família. O estigma os torna mais vulneráveis e suscetíveis a transtornos psicológicos, conforme atestou pesquisa feita recentemente pela Secretaria da Saúde de Goiás.

Os benefícios e os perigos da radioatividade

De acordo com o Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste, a radiação é uma forma de energia que se propaga no espaço, a partir de uma fonte emissora. Ela pode interagir com o corpo humano e alterar as estruturas celulares. A luz do sol é a forma mais comum de radiação.

A radioatividade é a emissão espontânea de radiação por determinados elementos químicos. Foi descoberta em 1896, pelo físico francês Henri Becquerel. Ele esqueceu uma rocha de urânio sobre um filme fotográfico virgem e constatou no dia seguinte um fato diferente: o filme foi marcado por raios emitidos pela rocha.

A descoberta passou a ser estudada e utilizada para beneficiar o homem. Mas, se mal utilizada, pode ter efeitos irreversíveis.

A exposição descontrolada à radioatividade é prejudicial ao homem. Segundo relatório da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados sobre segurança nuclear, as consequências para os seres humanos são muitas e variáveis, dependendo dos órgãos e sistemas corporais

Usos mais comuns

■ **AGRICULTURA:** A tecnologia de irradiação de alimentos melhora a qualidade de produtos alimentícios. Utilizado em frutas frescas, grãos e vegetais, o processo previne o brotamento, retarda a maturação e aumenta o tempo de conservação dos alimentos, facilitando o armazenamento e evitando transmissão de doenças.

■ **INDÚSTRIA:** A técnica nuclear mais conhecida nessa área é a gamagrafia, uma radiografia de peças metálicas ou de estruturas de concreto, com a qual é possível verificar se há defeitos ou rachaduras que possam causar vazamentos. Foi utilizada, por exemplo, na construção do gasoduto Brasil-Bolívia.

■ **MEDICINA:** A irradiação possui várias aplicações na medicina. Uma delas é a radioterapia, empregada no tratamento de tumores. Também existem os radiofármacos, usados em avaliações neurológicas e cardiológicas, e os radioisótopos, cujo elemento mais comum é o iodo 131, que auxilia no diagnóstico de doenças da tireoide. A radioesterilização é outra tecnologia importante, aplicada no sangue e seus derivados e em tecidos humanos destinados a transplantes.

■ **MEIO AMBIENTE:** Técnicas nucleares são empregadas em pesquisas nas áreas de monitoração e recuperação ambiental. Com elas, é possível avaliar os recursos hídricos, a física e a química de solos, datar superfícies, sedimentos marinhos, árvores e sítios arqueológicos. Já os traçadores radioativos permitem acompanhar o trajeto de poluentes no ar, no mar, nos rios ou no solo e, assim, detectar danos ao meio ambiente.

Fonte: Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen)

atingidos. Conforme o caso, pode haver consequências também para os descendentes diretos.

A gravidade dependerá da dose absorvida, do tempo de exposição e da forma de exposição, se no corpo inteiro ou se localizada. Quando a dose de radiação é alta, muitos tecidos e órgãos do corpo são atingidos. Entre os sintomas, estão náuseas e vômitos, queda de cabelo, distúrbios do comportamento, alterações no sangue e lesões na pele.

Quanto menor for o intervalo de tempo entre a exposição e o início dos sintomas, mais grave é o

quadro. É o que se chama de síndrome aguda das radiações (SAR). O câncer está entre os efeitos tardios. As manifestações hereditárias ou genéticas podem surgir como resultado de danos em células reprodutoras da pessoa que sofreu a radiação.

No caso dos acidentados de Goiânia, algumas pessoas já apresentavam náuseas e vômitos no mesmo dia do contato com o césio 137, em quadro típico de SAR. Além das quatro mortes, diversas pessoas sofreram amputações, falência de medula óssea e lesões cutâneas em consequência da radiação.

O brilho azul que virou mortes e pesadelo

Em maio deste ano, a presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei 12.646/12, que instituiu a data de 13 de setembro como o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas, para lembrar o maior acidente com materiais radioativos da história do país.

Naquele dia, um domingo, dois catadores de material reciclável foram ao prédio abandonado do Instituto Goiano de Radiologia e levaram um aparelho radiológico, que foi vendido ao dono de um ferro-velho, Devair Alves Ferreira. Na mesma noite, Devair abriu a cápsula radioativa e se encantou com um pó branco que emitia um brilho azul. Ivo Alves Ferreira, irmão

de Devair, levou para casa uma porção do césio e mostrou para toda a família. A filha mais nova de Ivo, Leide das Neves Ferreira, de 6 anos, espalhou césio por todo o corpo para, segundo ela, "brilhar no escuro", e ingeriu o pó com a comida. Em pouco tempo, várias pessoas começaram a passar mal. Desconfiada de que o pó poderia ser a origem das doenças, a mulher de Devair, Maria Gabriela Ferreira, levou, no dia 29 de setembro, a cápsula de 22 kg em um ônibus até a Vigilância Sanitária. Foi constatado, então, que se tratava do césio 137, material radioativo, e a Comissão Nacional de Energia Nuclear foi acionada.

Foram monitoradas, ao

total, 112.800 pessoas, das quais 249 apresentaram significativa contaminação, sendo que, em 120 delas, apenas roupas e calçados estavam contaminados.

As 129 pessoas que constituíam o grupo com contaminação interna passaram a receber acompanhamento médico regular. A menina Leide chegou a ser levada para tratamento no Rio de Janeiro, mas não resistiu e morreu com outras três vítimas: Maria Gabriela e dois catadores.

O ferro-velho, residências da região e pertencentes das famílias envolvidas foram destruídos, gerando toneladas de rejeitos radioativos. Um depósito foi construído em Abadia de Goiás, cidade próxima a Goiânia.



Enterro de Leide das Neves: a morte da menina gerou comoção em Goiânia e protestos por medo da radiação

Projetos de lei em análise no Senado aumentam a segurança

Os usos e os perigos da radioatividade também são objeto de discussão no Senado. Atualmente, tramitam na Casa duas propostas sobre o assunto.

O Projeto de Lei do Senado 227/11, de Walter Pinheiro (PT-BA), destina parte dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social à prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo e ao atendimento das populações atingidas.

A medida já foi aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura e está em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos. Ao justificar a proposta, o senador lembrou que as usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2, no Rio de Janeiro, também estão sujeitas a acidentes, como os ocorridos em outras



Cyro Miranda: fiscalização de institutos radiológicos continua ineficaz

partes do mundo. — A tragédia de Fukushima, no Japão, e episódios mais antigos, como o de Chernobyl, na Ucrânia, nos mostram que, apesar de raros, acidentes nucleares podem ter consequências graves se não houver o preparo para enfrentá-los.

Outra proposta em análise no Senado é o Projeto de Lei da Câmara 141/10, do ex-deputado Silvinho Peccioli, que regulamenta o

encerramento das atividades de instalações radioativas, como as de radioterapia e radiografia industrial e os aceleradores de partículas. A proposta está na Comissão de Ciência e Tecnologia, já tendo sido aprovada pela Comissão de Meio Ambiente.

Em 2008, os senadores aprovaram substitutivo ao PLC 27/04, do deputado Sandes Júnior (PP-GO), que determina a concessão de pensão especial aos



Lúcia Vânia destaca responsabilidade do Estado na tragédia de Goiânia

servidores e empregados públicos, civis ou militares, que foram expostos à radiação do césio 137. A proposta voltou a tramitar na Câmara dos Deputados.

Em discurso, Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que o país aprendeu muito pouco com o acidente do césio 137. O senador acredita que desastres semelhantes ainda podem acontecer em qualquer lugar do Brasil. Cyro também destacou que a

fiscalização dos institutos de radiologia continua ineficaz.

Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), o acidente teve como responsável não apenas a clínica radiológica que descartou em local impróprio equipamento contendo material radioativo, mas também o Estado brasileiro. A senadora afirma que os governos federal e estadual falharam na fiscalização e na gerência da atividade desenvolvida pela clínica.

Risco de haver outro acidente como o de Goiânia é mínimo, diz diretor

O diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Ivan Salati, acredita que a possibilidade de ocorrer outro acidente como o de Goiânia é pequena. Segundo ele, o processo de controle de fontes radioativas evoluiu bastante desde o acidente com o césio 137.

O Sistema de Controle de Importações e Expor-

tações da Receita Federal (Siscomex), por exemplo, exige autorização da Cnen para liberação de equipamento de radioterapia. E a comissão mantém cadastro com o registro de todas as instalações com fontes de radiação no país.

Outra medida foi a criação de serviço 24 horas para casos de emergência, o que incluiu o treinamento de profissionais de defesa

civil, vigilância sanitária e segurança pública sobre o manuseio de fontes radioativas.

Além disso, Salati explica que o césio 137 não é mais utilizado em aparelhos de radioterapia.

— Hoje usa-se o cobalto, uma pastilha sólida que reduz o risco de desastre radioativo, pois não se espalha facilmente pelo ambiente como o pó do césio.

Rejeitos

Após a descoberta do acidente com o material radioativo em Goiânia, a comissão monitorou a radiação em pessoas, lugares e objetos e, em seguida, coordenou os esforços da administração pública para atender os acidentados e recuperar as áreas atingidas.

As 6 mil toneladas de rejeitos radioativos resultantes do acidente foram

armazenadas no Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (CRCN-CO), construído especialmente para isso, em Abadia de Goiás (GO), município próximo a Goiânia. O centro conta com dois depósitos de rejeitos, além de equipamentos, laboratórios e profissionais qualificados para monitorar a radiação em torno dos depósitos e também na capital goiana.

Saiba mais

Comissão Nacional de Energia Nuclear
<http://www.cnen.gov.br/>

Dados da Fiocruz
<http://bit.ly/UzSdp4>

Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste
<http://www.crcn-co.cnen.gov.br>

Centro de Assistência aos Radioacidentados
<http://bit.ly/UzPE8N>

Centro de Excelência, Ensino, Pesquisas e Projetos Leide das Neves Ferreira
<http://www.cesio137goiania.go.gov.br/#>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Senadores realizam audiências públicas e avaliam proposta de juristas e mais 101 projetos para chegar ao texto que fará a maior mudança na legislação penal em 72 anos

Série da TV Senado explica mudanças no Código Penal

O SENADO ESTÁ debatendo a proposta de um novo Código Penal para o país, redefinindo o que deixa e o que passa a ser crime e as punições para cada caso. É a maior mudança na legislação penal em 72 anos.

Desde ontem, a TV Senado exhibe uma série de reportagens sobre a proposta de reforma do Código Penal.

Até sexta-feira, serão detalhados os principais pontos do anteprojeto em análise pelos senadores (PLS 236/12), explicadas as polêmicas e



Debatadores em audiência na comissão que estuda a reforma do Código Penal

esclarecidas dúvidas como: o usuário de drogas deve ser preso, tratado ou liberado para consumir? Em que casos o aborto pode deixar de ser

crime? Quais as propostas para punir o preconceito?

A série é exibida nos programas *Senado Agora*, às 13h55, e *Jornal do Senado*, às 21h.

Nota oficial

Nas últimas semanas, uma série de informações desconstruídas e imprecisas têm sido publicadas em diversos meios de comunicação acerca da tramitação do projeto de Código Penal, matéria que está em análise por uma comissão especial de senadores.

Sobre o assunto, temos a esclarecer:

A comissão de juristas destinada a elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal foi instituída a partir dos requerimentos 756 e 1.034, de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT).

A composição da referida comissão cumpriu as normas regimentais, sendo os juristas indicados pelos líderes dos diversos partidos, de acordo com a proporcionalidade de suas bancadas.

A comissão trabalhou dentro do tempo regimental, por sete meses, e nesse período promoveu quatro audiências públicas em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, além de dois seminários, em Aracaju e Cuiabá.

O anteprojeto da comissão de juristas foi entregue em 27 de junho de 2012 e, após transformado em projeto de lei, enviado à

Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (CCJ), que também já realizou duas audiências públicas sobre a matéria.

Como projeto de código em tramitação, poderá sofrer alterações, mediante emendas e, inclusive, ser rejeitado.

Até agora o serviço Alô Senado recebeu mais de 13 mil manifestações de cidadãos para alterações e contribuições ao projeto.

O Congresso Nacional, formado por representantes eleitos pelo povo, abarca as mais diversas correntes de pensamento e é a instituição legítima para analisar proposições legislativas, como é o caso da reforma do Código Penal. Para tanto, irá cumprir todos os prazos regimentais.

De forma democrática e com diálogo aberto com todos os setores da sociedade, o Congresso dará ao país um novo Código Penal em consonância com os anseios da maioria dos brasileiros.

Assessoria de Imprensa do Senado Federal

Comissão especial analisa proposta de reforma

A reforma do Código Penal vem sendo discutida no Senado desde outubro de 2011, quando foi instalada pela Presidência da Casa comissão formada por 17 juristas, sob a presidência do ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp, para elaborar um anteprojeto.

O trabalho foi entregue em junho deste ano ao presidente do Senado, José Sarney, que instituiu, então, comissão especial de senadores, presidida por Eunício Oliveira (PMDB-CE), com a tarefa de ana-

lisá-lo. Além da proposta dos juristas (PLS 236/12), a comissão estuda 101 projetos de lei que tramitavam no Senado e que foram anexados a ela.

Os 11 senadores titulares da comissão podem apresentar emendas ao projeto até 4 de outubro, e o prazo final para votação dos relatórios parciais é 5 de novembro. Os 543 artigos da proposta

dos juristas tratam de temas ainda considerados polêmicos, como a descriminalização do plantio e do porte de maconha para consumo próprio, a punição a motoristas embriagados, a ampliação das possibilidades do aborto legal, a tipificação da eutanásia e a criminalização da homofobia.

O relator-geral, Pedro Taques (PDT-MT), tem até 20 de novembro para apresentar o relatório final. O prazo para a conclusão dos trabalhos é 4 de dezembro, mas pode ser

prorrogado. A comissão especial já realizou duas audiências para discutir a proposta, uma com os juristas Gilson Dipp, José Muiños Piñeiro Filho e Luiz Flávio Gomes e outra com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

A proposta ainda deve passar pelo Plenário e, se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Grupo de senadores analisa temas polêmicos e deve concluir trabalhos até 4 de dezembro

Jornal do Senado



Você vai curtir estar bem informado

Acompanhe as principais notícias direto no seu Facebook. É só curtir a página do Jornal do Senado.

www.facebook.com/jornaldosenado

 JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Anibal Diniz

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Medida provisória também autoriza prorrogação por 12 meses nos contratos de trabalhadores temporários do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada



Divulgação Petrobras

Refinaria Premium I, da Petrobras, no Maranhão: preferência para os itens fabricados no país visa fortalecer setor produtivo em tempos de crise

Congresso estuda MP que privilegia produto nacional em obras do PAC

ESTÁ MARCADA PARA hoje a instalação da comissão mista que vai examinar a medida provisória (MP) que autoriza concessão de preferência a produtos e serviços nacionais nos editais de licitação e contratos de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que contam com verbas da União e são geridos por estados e municípios.

A MP 580/12 também permite prorrogar por 12 meses os contratos com trabalhadores temporários firmados pelo Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). Sob

controle do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, essa empresa pública atua no setor de microeletrônica e semicondutores.

Incerteza

A MP 580/12 foi lida em Plenário na quarta-feira, quando foram também designados os membros da comissão mista.

Apesar de a reunião de instalação da comissão estar marcada para hoje, o resultado é incerto. Nesta semana, apenas os senadores foram convocados

a estar em Brasília, para votar a MP do Código Florestal e a indicação do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki.

A atenção dos deputados federais deve continuar dirigida às suas bases nesta reta final da campanha eleitoral nos municípios. Daí a dúvida em relação ao quórum — problema que vem sendo frequente nas últimas semanas para atividades que exigem presença tanto de deputados quanto de senadores, devido ao calendário alternado de votações concentradas.

Duas comissões para exame de medidas foram instaladas na semana passada

Na semana passada houve convocação para a instalação de seis comissões mistas de exame prévio de MPs, mas apenas duas foram instaladas.

Uma foi a da MP 574/12, que estabelece o parcelamento dos débitos de estados, Distrito Federal e municípios, suas autarquias e fundações públicas com a Fazenda Nacional, o PIS-Pasep e a Cofins. Também foi instalada a comissão da MP 575/12, que assegura tratamento diferenciado às parcerias público-privadas (PPPs), em favor do sócio privado quanto aos tributos federais incidentes sobre recursos públicos repassados para uso na construção e compra de bens. De início, haverá dispensa de alguns tributos, entre os quais o Imposto de Renda (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o PIS-Pasep e a Cofins.

Ainda pela MP 575/12, estados e municípios poderão ampliar a margem de despesas com projetos executados por meio de PPPs. Nesses casos, o limite de comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com despesas de caráter continuado derivadas de PPPs poderá passar de 3% para 5%.

Ficou adiada a instalação das comissões da MP 576/12, que cria a Empresa de Planejamento e Logística (EPL); da MP 577/12, sobre a extinção das concessões de energia e da prestação temporária de serviços; da MP 578/12, que permite a depreciação acelerada de veículos de transporte de mercadorias para apuração do IR; e da MP 579/12, que trata da redução dos encargos setoriais de energia e das concessões e normas de distribuição do setor.



Geraldo Magela/Agência Senado

Senador José Pimentel, deputado Assis Carvalho e senador Sérgio Souza na comissão que analisa PPPs

Mais duas medidas chegam esta semana para análise

Duas novas MPs devem chegar ao Congresso esta semana, exigindo a instalação de comissões mistas: a 581/12, que libera recursos da União para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil; e a 582/12, que trata da desoneração da folha de pagamento para setores da indústria e serviços, além da depreciação acelerada de bens de capital.

Para estimular a economia, via ampliação de empréstimos, a União vai aplicar até R\$ 13 bilhões na Caixa e R\$ 8,1 bilhões no Banco do Brasil.

Na Caixa, até R\$ 3 bilhões vão financiar pessoas físicas na compra de material de construção e de bens de consumo duráveis. O alvo são famílias do Programa Minha Casa, Minha Vida. A intenção é permitir que os mutuários equipem as habitações. Outros R\$ 3,8 bilhões se destinam a projetos de infraestrutura.

No caso do Banco do Brasil, o objetivo é garantir o financiamento da safra 2012-2013.

As condições para a liberação de recursos aos bancos ainda serão definidas pelo Ministério da Fazenda. Pela MP, a União poderá emitir títulos da dívida pública para capitalizar as instituições para as novas operações.

Também com a finalidade de estimular a economia, a MP 582/12 prevê a desoneração da folha de pagamento para novos setores da indústria e serviços, além de autorizar a depreciação acelerada de bens de capital.

Na desoneração da folha, os setores atendidos deixam de arcar com a contribuição de 20% ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), passando a contribuir com percentual de 1% a 2% sobre o faturamento.

Com a depreciação acelerada, as empresas poderão lançar parte do preço de máquinas e equipamentos como despesa a cada ano, podendo haver redução no Imposto de Renda recolhido.

A MP 582/12 cria ainda o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura de Fertilizantes, com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das contribuições para o PIS-Pasep e a Cofins.

Poderão se candidatar empresas com projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura de produção de fertilizantes e insumos.

A MP também amplia a abrangência do Regime Especial Tributário da Indústria da Defesa e altera a incidência das contribuições para o PIS-Pasep e a Cofins sobre a comercialização de laranja. Outro objetivo é reduzir o Imposto de Renda para os prestadores autônomos de transporte de carga.

Cronograma

Comissões já instaladas:

- » **MP 574/12** Estabelece o parcelamento dos débitos de estados, Distrito Federal e municípios com a Fazenda Nacional, o PIS-Pasep e a Cofins válido também para suas autarquias e fundações públicas
- » **MP 575/12** Assegura tratamento diferenciado às parcerias público-privadas (PPPs), em favor do sócio privado quanto aos tributos federais incidentes sobre recursos públicos repassados para uso na construção e compra de bens

Para instalação nesta terça:

- » **MP 580/12** Autoriza concessão de preferência a produtos e serviços nacionais nos editais de licitação e contratos de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) geridos por estados e municípios e com transferência obrigatória de recursos financeiros da União

Comissões com instalação adiada:

- » **MP 576/12** Cria a Empresa de Planejamento e Logística (EPL)
- » **MP 577/12** Trata da extinção das concessões de energia e da prestação temporária de serviços
- » **MP 578/12** Permite a depreciação acelerada de veículos de transporte de mercadorias para apuração do Imposto de Renda
- » **MP 579/12** Trata da redução dos encargos setoriais de energia e das concessões e normas de distribuição do setor

Chegada prevista para esta semana:

- » **MP 581/12** Libera mais recursos da União para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil
- » **MP 582/12** Trata da desoneração da folha de pagamento para setores da indústria e serviços, além da depreciação acelerada de bens de capital

Projeto cria regras para desmonte de carros e venda de peças usadas

Proposta, que foi elaborada por Romero Jucá e está na CCJ, tem por objetivo combater oficinas ilegais de desmanche e o roubo de veículos

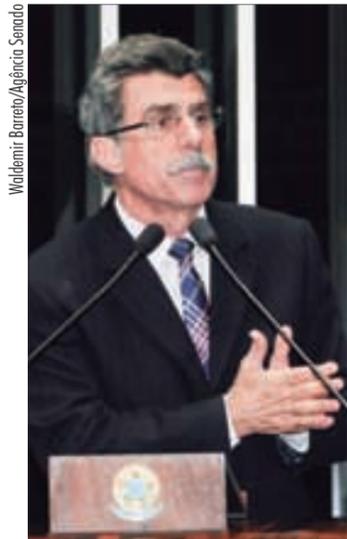
O AUMENTO DO número de roubos de carros e da quantidade de oficinas ilegais de desmonte motivou a apresentação de um projeto de lei que disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos.

Elaborado por Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto em questão (PLS 617/11) aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

De acordo com a proposta do senador, as empresas de desmonte, para funcionar, precisam ter autorização do poder público e certificação do Inmetro.

Acidente de trânsito

O projeto também determina que os veículos destinados à desmontagem sejam apenas os provenientes de acidente de trânsito, os que estiverem no final da vida útil e os



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jucá: com desmontes legais, roubo de carros caiu 50% na Argentina

retirados de circulação em razão de dívidas não quitadas com o Estado (impostos ou multas em atraso).

As peças de reposição usadas que forem comercializadas deverão ser marcadas e ter uma identificação — de modo que seja possível rastrear o

veículo de procedência.

Caso o projeto seja aprovado e se torne lei federal, os departamentos de trânsito de cada estado (Detrans) deverão implantar o sistema de integração das informações dos veículos desmontados e das peças usadas a serem comercializadas.

Na justificativa da proposta, o parlamentar ressalta o aumento do número de furtos e roubos de veículos no país e a ligação desse tipo de crime com a comercialização de suas peças no mercado, por meio das oficinas ilegais de desmonte.

Argentina

“A regulamentação da atividade de desmonte, da comercialização de peças de reposição usadas e da destinação das sucatas, além de reduzir a criminalidade e promover maior segurança para a população, beneficiará

o consumidor, que poderá confiar nos estabelecimentos de revenda”, afirma Romero Jucá.

O senador também prevê a geração de empregos e a proteção do meio ambiente e da saúde pública. O projeto de lei estabelece uma série de regras para o descarte de materiais, líquidos e fluidos de veículos automotores que tenham potencial lesivo ao meio ambiente.

O autor do projeto se baseou no exemplo de países que passaram a regulamentar a atividade. De acordo com Jucá, a Argentina, um ano depois da criação dos desmontes legais, reduziu em 50% o índice de roubo de automóveis.

Apesar de já existirem leis estaduais que tratam do assunto no Brasil, o senador ressalta a necessidade de uma lei federal que crie uniformidade nacional e permita um maior controle.



Marcos Oliveira / Agência Senado

Humberto diz que medida estimula a livre iniciativa e reduz despesas

Proposta libera empresas virtuais em área residencial

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um projeto de lei que garante às empresas que operam exclusivamente por meio virtual o direito de ter um endereço residencial como sede.

O autor, Humberto Costa (PT-PE), explica que os objetivos do PLS 641/11 são reduzir despesas e facilitar a livre iniciativa econômica.

O senador argumenta que as restrições impostas pelos municípios ao funcionamento de empresas em áreas residenciais tolhem a liberdade de trabalhar.

“Esses empreendedores são obrigados a comprar ou locar imóvel em outro lugar, o que caracteriza uma despesa elevada”, diz.

O direito de funcionar em residências valerá para as empresas de produção ou circulação de bens ou serviços que operarem por meio exclusivamente virtual. Ainda que o zoneamento urbano não permita, a prefeitura deverá expedir o alvará de funcionamento.

O projeto será votado em decisão terminativa na comissão. Ainda não há relator.



Polícia Civil Espírito Santo

Peças de carros e motos roubadas apreendidas pela polícia no Espírito Santo: projeto visa regulamentar atividade de desmonte e comercialização de peças usadas

Ana Amélia propõe limitar a uma vez por ano saída temporária de presos

A saída temporária de presos deverá ocorrer apenas uma vez ao ano e ser concedida somente aos primários. É o que estabelece projeto de Ana Amélia (PP-RS) que aguarda indicação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O PLS 7/12 modifica a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), que concede o benefício após o cumprimento de um sexto da pena, se o condenado for primário, e de um quarto, se reincidente.

Pela legislação atual, a saída temporária, que deve durar até sete dias, pode ser renovada por mais quatro vezes no ano.

A senadora ressalta a elevação do número dos delitos praticados durante o saidão, forma como é conhecida a saída temporária dos presos.

“Não bastasse o imediato incremento da criminalidade nos períodos de Natal, Ano-Novo e Páscoa, muitos detentos não retornam aos presídios para dar continuidade ao cumprimento de pena, mais dia menos dia, voltam a delinquir”, diz a parlamentar.

O projeto recebeu duas emendas de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A primeira propõe a supressão do artigo que diminui a frequência das saídas. A segunda determina o recomeço



Waldemir Barreto/Agência Senado

Criminalidade aumenta durante o chamado saidão, diz Ana Amélia

da contagem do tempo para o preso gozar do benefício caso seja punido por falta grave durante um saidão.

A matéria será examinada em caráter terminativo pela comissão, podendo seguir à Câmara sem passar pelo Plenário do Senado.

Projeto busca transparência no uso de verbas em projetos culturais

Está pronta para ser votada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) proposta que obriga a publicação de dados sobre projetos culturais com recursos captados por renúncia fiscal que não tenham sido objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura. A proposta é de Alvaro Dias (PSDB-PR) e receberá decisão terminativa — não precisa passar pelo Plenário.

De acordo com o projeto (PLS 22/12), devem ser publicados mensalmente no *Diário Oficial da União* e no site do Ministério da Cultura, entre outras informações, o nome

do projeto, o responsável por sua execução, o número de registro no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), a data de conclusão, os recursos captados e a justificativa para a não realização da avaliação final dentro do prazo.

Segundo Alvaro, as informações vão constituir um “portal da transparência” no setor. Ele informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem constatado irregularidades em iniciativas financiadas pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/91 — Lei Rouanet).

O relator na CMA, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) é favorável à matéria.